



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, outubro/2008

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-1680**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 9, setembro 2008. 35 p. Mensal. ISSN 1519-1680.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-1680

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 6,0 bilhões, contra R\$ 6,3 bilhões obtidos no mês anterior e R\$ 38,7 milhões em setembro de 2007. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 13,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 7,4 bilhões e R\$ 139,9 milhões, respectivamente.

*O resultado primário do Governo Central no acumulado até setembro de 2008 atingiu R\$ 80,8 bilhões, equivalente a 3,81% do PIB estimado para o período.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2007-2008**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	AGO 2008	SET 2008	JAN - SET 2007	2008
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>58.451,1</b>	<b>60.006,9</b>	<b>444.507,2</b>	<b>526.247,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>45.128,5</b>	<b>46.373,6</b>	<b>346.546,5</b>	<b>411.628,0</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	46.932,0	47.818,2	354.813,6	419.856,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.803,5	-1.444,6	-8.257,0	-8.228,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-10,1	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>13.193,2</b>	<b>13.430,0</b>	<b>97.108,1</b>	<b>113.356,2</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>129,4</b>	<b>203,3</b>	<b>852,5</b>	<b>1.263,6</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>12.080,6</b>	<b>9.530,0</b>	<b>76.464,3</b>	<b>94.115,3</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>46.370,5</b>	<b>50.476,9</b>	<b>368.042,9</b>	<b>432.132,4</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>40.112,9</b>	<b>44.469,3</b>	<b>316.547,2</b>	<b>351.304,3</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>22.690,6</b>	<b>23.279,6</b>	<b>182.304,5</b>	<b>204.474,1</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.524,0	9.949,1	84.091,8	92.090,9
IV.1.2. Custeio e Capital	13.098,4	13.255,8	97.925,3	111.789,1
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.651,4	1.911,4	13.126,4	15.439,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	-1.294,4	535,5	4.747,8	3.053,2
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.351,8	1.366,8	10.001,1	11.890,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.389,6	9.442,0	70.050,0	81.406,4
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	7.355,0	7.094,9	57.554,7	63.159,7
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.034,6	2.347,1	12.495,3	18.246,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	68,2	74,6	287,4	594,1
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>17.253,5</b>	<b>20.846,5</b>	<b>132.848,9</b>	<b>145.166,5</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>168,8</b>	<b>343,2</b>	<b>1.393,8</b>	<b>1.663,8</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>6.257,5</b>	<b>6.007,6</b>	<b>51.495,7</b>	<b>80.828,1</b>
V.1. Tesouro Nacional	10.357,2	13.564,0	87.777,7	113.038,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-4.060,3	-7.416,5	-35.740,8	-31.810,3
V.3. Banco Central (4)	-39,4	-139,9	-541,3	-400,2
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,74%</b>	<b>3,81%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2008/2007	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>18,39%</b>
Tesouro	18,78%
Previdência	16,73%
<b>Transferências</b>	<b>23,08%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>17,41%</b>
<b>Despesas</b>	<b>10,98%</b>
Benefícios	9,27%
Pessoal	9,51%
Custeio e Capital	14,16%
FAT	17,62%
Subsídios	-35,69%
LOAS/RMV	18,89%
Outras	16,21%
Custeio	9,74%
Capital	46,03%
<b>PIB estimado</b>	<b>12,80%</b>

O resultado do mês de setembro refletiu, por um lado, o incremento da receita líquida do Governo Central, explicada pela elevação das receitas do Tesouro Nacional e pela redução sazonal das transferências a estados e municípios, e, por outro lado, o acréscimo das despesas, principalmente de benefícios previdenciários, em decorrência do pagamento da primeira parcela do abono anual à maioria dos segurados e dependentes da Previdência.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Tesouro Nacional	4,67%	5,33%
Previdência Social	-1,90%	-1,50%
Banco Central	-0,03%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>2,74%</b>	<b>3,81%</b>

No que se refere às receitas do Tesouro Nacional, observou-se

*A elevação da receita do Tesouro Nacional em setembro, comparativamente ao mês anterior, decorre da composição de fatores atípicos, de elementos sazonais e da elevação da taxa de câmbio.*

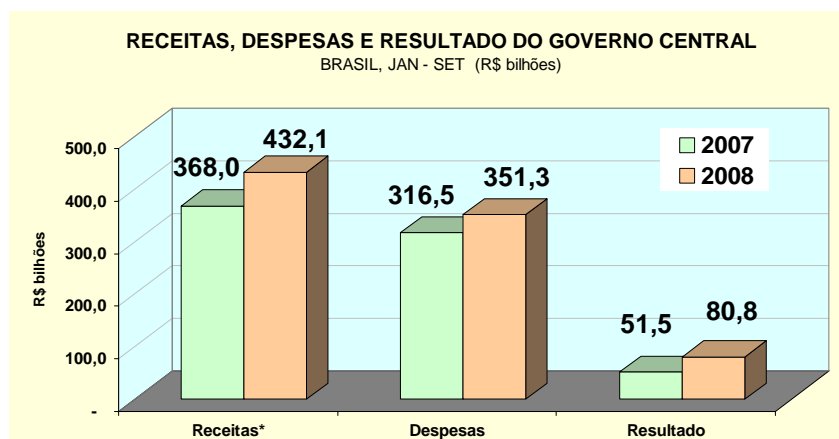
acréscimo de R\$ 1,2 bilhão, efeito este localizado na arrecadação: i) do IRPF (R\$ 556,5 milhões) em função da arrecadação atípica relativa a ganho de capital na alienação de bens em decorrência de alienação de empresa; ii) do IPI vinculado às importações e do Imposto de Importação (R\$ 226,3 milhões e R\$ 210,8 milhões) em função da elevação da taxa de câmbio; iii) do ITR (R\$ 225,7 milhões) devido ao recolhimento, em setembro, da primeira cota ou cota única referente ao ano calendário 2007; e iv) da receita diretamente arrecadada (R\$ 542,0 milhões). Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 1,5 bilhão na arrecadação de dividendos no mês. Pelo lado das despesas do Tesouro Nacional, observou-se acréscimo de R\$ 588,9 milhões em relação a agosto, dos quais R\$ 425,1 milhões relativos a dispêndios com pessoal e encargos sociais e R\$ 1,8 bilhão relativos às despesas com subsídios e subvenções econômicas, em decorrência do recebimento líquido de R\$ 1,7 bilhão do FND em agosto, contra R\$ 9,7 milhões este mês. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 743,4 milhões nas despesas com abono e seguro desemprego e de R\$ 947,6 milhões nas outras despesas de custeio e capital, redução esta concentrada nas despesas discricionárias e com créditos extraordinários.

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-SET)**

DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
<b>Receitas</b>	<b>1,9%</b>	<b>5,0%</b>
Tesouro	1,6%	5,3%
Previdência	3,3%	3,5%
<b>Transferências</b>	<b>2,6%</b>	<b>9,1%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>1,7%</b>	<b>4,1%</b>
<b>Despesas</b>	<b>2,5%</b>	<b>-1,6%</b>
Benefícios	1,0%	-3,1%
Pessoal	2,2%	-2,9%
Custeio e Capital	5,2%	1,2%
FAT	9,7%	4,3%
Subsídios	-7,7%	-43,0%
LOAS/RMV	6,4%	5,4%
Outras	5,2%	3,0%
Custeio	3,0%	-2,7%
Capital	16,5%	29,5%

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 7,4 bilhões em setembro, contra R\$ 4,1 bilhões observados no mês anterior (elevação de 82,7%). Isto é reflexo do pagamento da primeira parcela do abono anual (13º salário) com competência em agosto, cujo impacto financeiro se deu em maior parte neste mês de setembro. Outra parte menor deste impacto já havia ocorrido no mês anterior, em decorrência da modificação introduzida pela Lei nº 11.665/2008, que alterou o art. 41-A da Lei nº 8.213/1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social).

No ano, o resultado do Governo Central é 57,0% superior ao obtido em igual período de 2007 (R\$ 80,8 bilhões contra R\$ 51,5 bilhões). Com isso, o resultado primário passou de 2,74% para 3,81% do PIB estimado para o período. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, cresceram 4,1% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,8%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 1,6%.



O comportamento das receitas reflete o bom desempenho da economia, como também as ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos. Houve crescimento de 31,8% na arrecadação pela aplicação de multas e juros, inclusive da dívida ativa, em relação aos primeiros nove meses de 2007. Pelo efeito legislação, as principais alterações promovidas em 2008 foram: i) extinção da CPMF e aumento das alíquotas do IOF, com efeitos a partir de janeiro; ii) redução de alíquota da CIDE-combustíveis incidente sobre gasolina e diesel e aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% incidente sobre as instituições financeiras, com efeito financeiro a partir de junho; e iii) mudança do prazo de recolhimento do IPI-Automóveis e do IPI-Bebidas de decendial para mensal, com reflexo a partir de julho e de setembro, respectivamente.

Os principais acréscimos na receita de Impostos e Contribuições foram: i) IRPJ (29,9%) e CSLL (34,8%), devido ao maior crescimento nos itens Estimativa Mensal e Lucro Presumido, cuja arrecadação tem por base o faturamento das empresas, e a arrecadação atípica de R\$ 1,9 bilhão referente a débito de exercícios anteriores; ii) IRRF-Rendimento do Trabalho (23,9%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); iii) Imposto de Importação (36,4%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; e iv) IRPF (21,2%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens. Por fim, as demais receitas cresceram 39,4%, em grande medida pelo incremento de R\$ 3,3 bilhões nos ingressos de concessões para exploração de petróleo e gás natural e serviços de telefonia móvel celular, de R\$ 6,3 bilhões na receita de dividendos, e de R\$ 5,8 bilhões em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

*O crescimento de 18,4% na receita do Governo Central em 2008 decorre da maior lucratividade das empresas e da recuperação de débitos em atraso, que se reflete no crescimento da arrecadação pela aplicação de multas e juros.*

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS**

BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,15%	3,49%
CIDE - Combustíveis	0,07%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,16%	0,07%
Demais	0,68%	0,82%
<b>Total</b>	<b>4,07%</b>	<b>4,44%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*As despesas de pessoal e encargos sociais ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período.*

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL**

BRASIL, JAN - SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,47%</b>	<b>4,34%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>5,21%</b>	<b>5,27%</b>
Despesas do FAT	0,70%	0,73%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,25%	0,14%
LOAS/RMV	0,53%	0,56%
Outras	3,73%	3,84%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

*Até setembro de 2008, enquanto a variação dos gastos de custeio ficou 2,7% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,5% acima da variação do PIB. O déficit do RGPS, no mesmo período, caiu de 1,90% do PIB para 1,50% do PIB.*

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA**

BRASIL, MÉDIA JAN-SET

DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,8	22,3	2,5%
Valor médio RGPS**	588,2	629,0	6,9%

(\*) em milhões

(\*\*) em R\$ 1,00

As transferências a estados e municípios cresceram 23,1% (R\$ 17,7 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (18,8%). Em proporção do PIB, estas totalizaram 4,44% contra 4,07% em 2007. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 24,8% (R\$ 14,7 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,8%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (Imposto de Renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,2% (R\$ 22,2 bilhões) em comparação com os primeiros nove meses de 2007. O aumento nominal nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de 9,5% (R\$ 8,0 bilhões), refletindo, entre outros fatores, os pagamentos referentes às reestruturações de carreiras dos Poderes. No entanto, tais despesas ficaram 2,9% abaixo da variação nominal do PIB. Os gastos com a folha de funcionalismo que representavam, ao final de setembro de 2007, 4,47% do PIB, situaram-se, no mesmo período de 2008, em 4,34% do PIB.

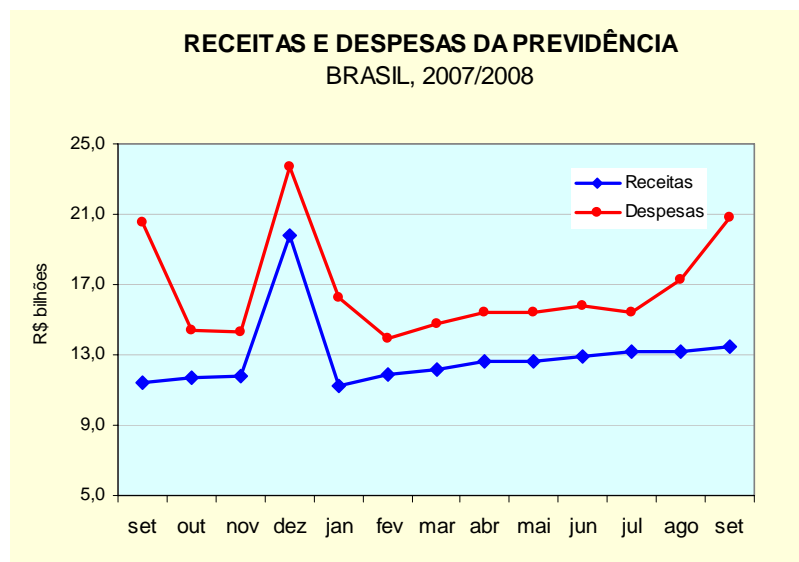
Por seu turno, os dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas apresentaram redução nominal de R\$ 1,7 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal rubrica apresentou redução de 0,11 p.p. do PIB, passando de 0,25% em 2007 para 0,14% em 2008. Este comportamento é explicado, principalmente, pelo acréscimo nos recebimentos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 911,4 milhões), pela diminuição nas despesas do Custeio Agropecuário (R\$ 531,4 milhões), e pela redução nas despesas do programa Aquisição do Governo Federal (R\$ 492,5 milhões).

No que se refere às Outras Despesas de Custeio e Capital, houve incremento de 16,2% (R\$ 11,4 bilhões) em relação ao acumulado até setembro do ano anterior, sendo 9,7% (R\$ 5,6 bilhões) referentes a custeio e 46,0% (R\$ 5,8 bilhões) referentes a capital. Com isto, enquanto a variação dos gastos de custeio ficaram 2,7% abaixo da variação nominal do PIB estimado para o período, os gastos de capital cresceram 29,5% acima da variação do PIB.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 31,8 bilhões no acumulado até setembro de 2008, contra R\$ 35,7 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 11,0%). A arrecadação líquida passou de R\$ 97,1 bilhões para R\$ 113,4 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 98,6 bilhões para R\$ 116,9 bilhões (elevação de 18,6%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, com impacto positivo na arrecadação de contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 12,3 bilhões (9,3%), atingindo o montante de

R\$ 145,2 bilhões. Como tem ocorrido em meses anteriores, o déficit primário do RGPS apresentou queda em proporção do PIB, reduzindo-se para 1,50%, 0,40 p.p. inferior ao nível registrado em idêntico período de 2007 (1,90%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,17%	5,35%
Benefícios	7,07%	6,85%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,90%</b>	<b>-1,50%</b>



A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 47,8 bilhões em setembro contra R\$ 46,9 bilhões verificados em agosto (aumento de 1,9%). Este desempenho é explicado pelo incremento de R\$ 935,6 milhões nas receitas de impostos federais e de R\$ 607,2 milhões nas receitas de contribuições, decorrente, sobretudo, do crescimento da arrecadação da Cofins, em função do aumento do volume de vendas de bens e serviços.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 21,7 bilhões contra R\$ 20,8 bilhões em agosto (incremento de 4,5%), refletindo, sobretudo, uma arrecadação atípica decorrente de ganho de capital na alienação de empresa (R\$ 655,0 milhões). As receitas de contribuições, por sua vez, totalizaram R\$ 18,2 bilhões contra R\$ 17,6 bilhões em agosto (aumento de 3,4%).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 7,9 bilhões contra R\$ 8,5 bilhões em julho (queda de 7,7%). O principal responsável por esse desempenho foi a queda de R\$ 1,5 bilhão nas receitas de dividendos da União, no comparativo com o mês anterior.

### Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

*A receita bruta do Tesouro Nacional em setembro aumentou 1,9% relativamente ao mês anterior em função, sobretudo, do incremento nas receitas de impostos federais.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/08	SET/08
<b>Impostos</b>	<b>20.755,1</b>	<b>21.690,6</b>
Imposto de Renda	13.833,6	14.320,3
IPI	3.544,4	3.665,8
Outros	3.377,1	3.704,5
<b>Contribuições</b>	<b>17.630,0</b>	<b>18.237,2</b>
Cofins	10.394,2	10.941,3
CPMF	13,6	11,9
CSLL	3.206,4	2.992,6
Cide - Combustíveis	413,9	408,4
Outras	3.601,9	3.883,0
<b>Demais</b>	<b>8.546,9</b>	<b>7.890,4</b>
Cota parte	1.333,3	1.257,1
Diretamente Arrecadada	1.668,7	2.210,7
Dividendos da União	4.550,4	3.042,4
Concessões	41,4	299,9
Outras	953,1	1.080,2
<b>Total Bruto</b>	<b>46.932,0</b>	<b>47.818,2</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado do ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,81% do PIB, dos quais 9,31% correspondem à arrecadação de impostos, 7,59% a contribuições e 2,91% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 65,1 bilhões (18,3%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 354,8 bilhões para R\$ 419,9 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia e de ações administrativas desenvolvidas pela RFB e pela PGFN no trabalho de recuperação dos débitos.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, no ano, principalmente, pelos seguintes fatores:

*A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso e por mudanças na arrecadação do IRRF, do IOF, da CSLL e do IPI.*

- crescimento de R\$ 15,1 bilhões (29,9%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 8,6 bilhões (34,8%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, combustíveis, fabricação de veículos automotores, comércio atacadista e metalurgia. Vale destacar também a arrecadação atípica da CSLL, em 2008, de R\$ 1,9 bilhão referente a débitos de exercícios anteriores em contestação judicial, bem como o aumento de 9% para 15% na alíquota desta contribuição, incidente sobre as instituições financeiras;
- elevação de R\$ 10,3 bilhões (19,6%) no IRRF, principalmente devido ao crescimento de 23,9% no IRRF - rendimentos do trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e de janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR);
- incremento de R\$ 15,0 bilhões (20,2%) na Cofins e de R\$ 4,0 bilhões (20,4%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de fabricação de veículos automotores, comércio atacadista, metalurgia, construção civil, telecomunicações e combustíveis;
- aumento de R\$ 9,4 bilhões (165,4%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nº 6.306, de 2007, nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores, no valor de R\$ 167,0 milhões. Cumpre salientar que contribuiu significativamente

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN - SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>152.004,9</b>	<b>197.376,7</b>
Imposto de Renda	113.503,7	141.120,4
IPI	23.793,1	28.950,4
Outros	14.708,2	27.305,9
<b>Contribuições</b>	<b>158.589,7</b>	<b>160.855,6</b>
Cofins	74.328,4	89.372,7
CPMF	26.653,0	1.116,0
CSLL	24.803,3	33.429,6
Cide - Combustíveis	5.909,4	4.766,5
Outras	26.895,7	32.170,8
<b>Demais</b>	<b>44.218,9</b>	<b>61.623,8</b>
Cota parte	12.342,9	18.100,6
Diretamente Arrecadada	14.285,1	17.146,0
Dividendos da União	6.567,8	12.856,3
Concessões	1.119,2	4.708,9
Outras	9.903,9	8.812,1
<b>Total Bruto</b>	<b>354.813,6</b>	<b>419.856,0</b>

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, em relação a igual período do ano anterior;

- e) crescimento de R\$ 5,2 bilhões (21,7%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno e de mudança de prazo de recolhimento, de decenal para mensal, com impacto a partir de junho; IPI - outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de metalurgia, fabricação de veículos automotores e fabricação de produtos de minerais não-metálicos; e IPI vinculado às importações, decorrente da elevação de 53,39% no valor em dólar das importações tributadas e de 0,63% na alíquota média efetiva do imposto, e da redução de 15,76% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 3,2 bilhões (36,4%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 53,39% no valor em dólar das importações tributadas e de 4,01% na alíquota média do imposto, e da redução de 15,76% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 2,2 bilhão (21,2%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias) e ao item declaração de ajuste; e
- h) redução de R\$ 25,6 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 17,4 bilhões (39,4%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) incremento de R\$ 5,8 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; ii) crescimento de R\$ 6,3 bilhões na arrecadação de dividendos da União; iii) aumento de R\$ 3,6 bilhões nas receitas de concessões, explicada, em grande medida, pela arrecadação, em março de 2008, relativa a 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, e em maio, relativa a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, ambas sem correspondência em idênticos períodos do ano anterior; e iv) aumento de R\$ 2,9 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Impostos</b>	<b>8,09%</b>	<b>9,31%</b>
Imposto de Renda	6,04%	6,66%
IPI	1,27%	1,37%
Outros	0,78%	1,29%
<b>Contribuições</b>	<b>8,44%</b>	<b>7,59%</b>
Cofins	3,96%	4,22%
CPMF	1,42%	0,05%
CSLL	1,32%	1,58%
Cide - Combustíveis	0,31%	0,22%
Outras	1,43%	1,52%
<b>Demais</b>	<b>2,35%</b>	<b>2,91%</b>
Cota parte	0,66%	0,85%
Diretamente Arrecadada	0,76%	0,81%
Dividendos da União	0,35%	0,61%
Concessões	0,06%	0,22%
Outras	0,53%	0,42%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,88%</b>	<b>19,81%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
<b>Demais</b>	<b>44.218,9</b>	<b>61.623,8</b>
Cota parte	12.342,9	18.100,6
Plano do Servidor (CPSS)	4.816,3	5.392,5
Diretamente Arrecadada	14.285,1	17.146,0
Dividendos da União	6.567,8	12.856,3
Pagamento unificado	-	-
Concessões	1.119,2	4.708,9
Outras	5.087,6	3.419,6

















## ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN em setembro totalizou R\$ 734,6 bilhões, resultando em um crescimento de R\$ 12,7 bilhões em relação ao saldo do mês anterior, consequência do crescimento de R\$ 14,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida, compensado em parte pela diminuição de R\$ 1,3 bilhão no estoque da dívida interna líquida. Em relação ao PIB, o aumento da DLTN foi de 0,3 ponto percentual no mesmo período.

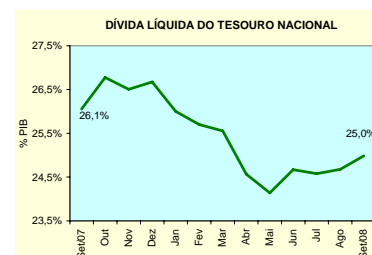
*Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 25,0 % do PIB, aumento de 0,3 ponto percentual em relação ao registrado em agosto.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	SET	AGO	SET
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>561.748</b>	<b>625.854</b>	<b>624.590</b>
I.1. Dívida Interna	1.530.079	1.630.174	1.635.168
I.2. Haveres Internos	968.331	1.004.321	1.010.578
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>114.798</b>	<b>96.054</b>	<b>110.045</b>
II.1. Dívida Externa	115.083	96.321	110.364
II.2. Haveres Externos	286	267	320
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>676.546</b>	<b>721.907</b>	<b>734.635</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>26,1%</b>	<b>24,7%</b>	<b>25,0%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

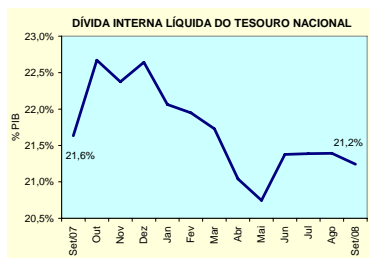


Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB teve queda de 1,1 ponto percentual, diminuindo de 26,1% em setembro de 2007 para 25,0% em setembro de 2008. Em termos nominais houve crescimento de R\$ 58,1 bilhões no mesmo período, consequência do aumento de R\$ 62,8 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, contra uma redução de R\$ 4,8 bilhões na Dívida Externa Líquida.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro em R\$ 624,6 bilhões, o equivalente a 21,2% do PIB. Em comparação ao mês de agosto, houve redução de R\$ 1,3 bilhão em termos de valores nominais, e de 0,2 ponto percentual do PIB. A dívida interna aumentou em R\$ 5,0 bilhões no mês de setembro, variação esta superada pelo crescimento de R\$ 6,3 bilhões dos haveres internos.

## ***Dívida Interna Líquida***

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi, principal componente das obrigações do Tesouro Nacional, cresceu R\$ 5,1 bilhões em relação ao mês de agosto, situando-se 0,1 ponto percentual do PIB abaixo da relação ve-



*Em setembro, a Dívida Interna Líquida tomada em proporção do PIB totalizou 21,2%, ligeiramente inferior ao observado no mês anterior.*

rificada no mês anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 1,5 bilhão no estoque em poder do público e R\$ 4,0 bilhões no estoque em poder do Banco Central.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	SET	AGO	SET
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.530.079</b>	<b>1.630.174</b>	<b>1.635.168</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.507.564	1.607.611	1.612.690
DPMFI em Poder do Público <sup>1</sup>	1.200.833	1.223.195	1.224.735
DPMFI em Poder do Banco Central	318.420	402.357	406.315
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(11.689)	(17.941)	(18.360)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.515	22.564	22.478
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>968.331</b>	<b>1.004.321</b>	<b>1.010.578</b>
II.1. Disponibilidades Internas	272.200	237.701	233.039
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	405.170	444.231	443.604
II.3. Haveres da Administração Indireta	185.896	199.495	201.288
II.4. Haveres Administrados pela STN	105.065	122.893	132.648
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>561.748</b>	<b>625.854</b>	<b>624.590</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,6%</b>	<b>21,4%</b>	<b>21,2%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

<sup>3</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2007	2008	
	SET	AGO	SET
Em Poder do Público	1.201	1.223	1.225
LFT	410	451	438
LTN	320	232	239
NTN-B	231	286	290
NTN-C	64	57	58
NTN-F	122	152	158
Demais <sup>1</sup>	54	45	43
Aplic. em Tit. Púb.	-12	-18	-18
Na carteira do BCB	318	402	406
<b>Total</b>	<b>1.508</b>	<b>1.608</b>	<b>1.613</b>
% PIB	58,06%	54,95%	54,85%

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

O crescimento do estoque de títulos em poder do público decorreu da apropriação de juros de R\$ 14,4 bilhões, compensada em grande parte pelo resgate líquido de R\$ 12,8 bilhões. Foram R\$ 16,7 bilhões de emissões, contra R\$ 29,5 bilhões de resgate. Em relação à carteira do Banco Central as emissões totalizaram R\$ 1,5 bilhão e os resgates somaram R\$ 1,8 bilhão, além da apropriação de R\$ 4,2 bilhões de juros.

As variações mais expressivas na carteira em poder do público ficaram por conta da redução de R\$ 13,6 bilhões no estoque de LFT, em função do resgate líquido de R\$ 18,6 bilhões mais a incorporação de R\$ 5,0 bilhões de juros; do aumento de R\$ 6,6 bilhões no estoque de LTN, decorrente da emissão líquida de R\$ 4,2 bilhões e apropriação de R\$ 2,5 bilhão de juros; e do incremento de R\$ 5,8 bilhões no estoque de NTN-F, resultante da emissão líquida de R\$ 4,0 bilhões mais a apropriação de R\$ 1,7 bilhões de juros no período.

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, SET/2008**

R\$ bilhões

Título	Saldo Ago/08	Fatores de Variação <sup>1</sup>			Saldo Set/08
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	
Em poder do público	1.223,2	16,7	-29,5	14,4	1.224,7
LFT	451,3	2,2	-20,8	5,0	437,7
LTN	232,3	7,1	-2,9	2,5	239,0
NTN-B	285,6	3,1	-1,9	2,7	289,5
NTN-C	57,2	0,0	-0,1	0,5	57,6
NTN-F	152,3	4,0	0,0	1,7	158,1
Demais <sup>4</sup>	44,5	0,3	-3,8	1,8	42,9
Na carteira do BCB	402,4	1,5	-1,8	4,2	406,3
<b>Total</b>	<b>1.625,6</b>	<b>18,2</b>	<b>-31,3</b>	<b>18,6</b>	<b>1.631,0</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

<sup>4</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

*A DPMFi em poder do público apresentou resgate líquido de R\$ 12,8 bilhões.*

Os haveres internos totalizaram R\$ 1,0 trilhão, aumento de R\$ 6,3 bilhões ou 0,6% em relação ao mês anterior. Aumentaram os haveres administrados pela STN, R\$ 9,8 bilhões e os haveres da Administração Indireta, R\$ 1,8 bilhão. Houve diminuição das disponibilidades internas, R\$ 4,7 bilhões e dos haveres junto aos Governos Regionais, R\$ 627,0 milhões.

A expansão de R\$ 9,8 bilhões verificada nos haveres administrados pela STN decorreu principalmente, da atualização dos saldos devedores dos contratos indexados ao dólar, e ainda da implementação em setembro do contrato de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 5,0 bilhões, ao amparo da MP nº 439/2008.

Por sua vez, o aumento dos saldos dos haveres da administração indireta foi reflexo do aumento de R\$ 1,3 bilhão nas disponibilidades do FAT e da expansão de R\$ 420,0 milhões no patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais.

Em compensação, houve redução dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, em função do efeito negativo da atualização monetária e das amortizações ocorridas no período, compensada em parte pela incidência dos juros contratuais.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em setembro aumentou R\$ 14,0 bilhões, ou 14,6% em relação ao mês anterior, totalizando no mês R\$ 110,0 bilhões, contra R\$ 96,1 bilhões em agosto. Em proporção do PIB, o

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2007/2008**

R\$ bilhões

Discriminação	2008		
	SET	AGO	SET
Lei 9.496/97	276,5	315,0	313,7
MP 2.185/01	43,1	49,4	49,1
Lei 8.727/93	45,3	42,3	42,1
Antecipação de Royalties	13,7	13,1	13,0
Bônus Renegociados	8,2	6,6	7,8
Lei 7.976/89	2,2	1,2	1,3
Demais Haveres	16,0	16,7	16,7
<b>Total</b>	<b>405,2</b>	<b>444,2</b>	<b>443,6</b>
% PIB	15,60%	15,18%	15,09%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**  
**BRASIL, 2007/2008**

R\$ bilhões

Entidade	2008		
	SET	AGO	SET
FAT	124,2	130,7	132,0
Fundos Regionais	37,2	42,8	43,2
Demais	24,5	26,0	26,0
<b>Total</b>	<b>185,9</b>	<b>199,5</b>	<b>201,3</b>

**Dívida Externa Líquida**

aumento foi de 0,4 ponto percentual, crescendo de 3,3% no mês anterior para 3,7% em setembro.

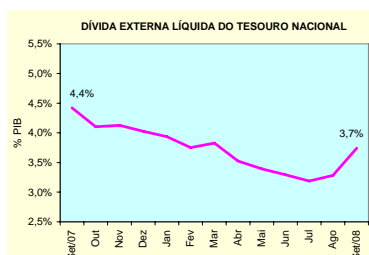
*A Dívida Externa Líquida em setembro totalizou R\$ 110,0 bilhões, equivalente a 3,7% do PIB. Esse saldo é superior ao do mês anterior em R\$ 14,0 bilhões, explicado pela depreciação cambial no mês.*

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2007/2008**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	SET	AGO	SET
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>115.083</b>	<b>96.321</b>	<b>110.364</b>
I.1. Dívida Mobiliária	89.729	74.023	84.597
Euro	13.216	9.812	10.869
Global US\$	65.703	53.556	62.963
Global BRL	10.466	10.367	10.466
Demais	344	287	298
I.2. Dívida Contratual	25.354	22.298	25.768
Organismos Internacionais	20.949	18.720	21.566
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.406	3.578	4.202
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>286</b>	<b>267</b>	<b>320</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	286	267	320
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>114.798</b>	<b>96.054</b>	<b>110.045</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>4,4%</b>	<b>3,3%</b>	<b>3,7%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



Esse aumento é explicado basicamente pela depreciação cambial no período, que contribuiu para o aumento da dívida expressa em moeda nacional. Por seu turno, os resgates superaram as emissões e os juros nominais apropriados por competência em R\$ 438,0 milhões. Do montante total da dívida externa, a dívida mobiliária totaliza R\$ 84,6 bilhões e a dívida contratual R\$ 25,8 bilhões, representando 76,7% e 23,3%, respectivamente.

**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, SET/2008**

Discriminação	Saldo Ago/08	Fatores de Variação <sup>1</sup>				Saldo Set/08
		Emissões	Resgates <sup>2</sup>	Juros <sup>3</sup>	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
<b>Dívida Mobiliária</b>	<b>74.023</b>	-	<b>(781)</b>	<b>581</b>	<b>10.774</b>	<b>84.597</b>
Global US\$	53.556	-	(516)	427	9.496	62.963
Euro	9.812	-	(228)	55	1.231	10.869
Global BRL	10.367	-	-	99	-	10.466
Demais	287	-	(37)	1	47	298
<b>Dívida Contratual</b>	<b>22.298</b>	<b>43</b>	<b>(387)</b>	<b>107</b>	<b>3.707</b>	<b>25.768</b>
Org. Internacionais	18.720	21	(312)	89	3.048	21.566
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.578	22	(75)	18	659	4.202
<b>Total</b>	<b>96.321</b>	<b>43</b>	<b>(1.168)</b>	<b>688</b>	<b>14.481</b>	<b>110.364</b>

<sup>1</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

<sup>2</sup> Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>3</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 4,7 bilhões, o equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, passando de R\$ 114,8 bilhões em setembro de 2007 para R\$ 110,0 bilhões em setembro de 2008. Essa redução é explicada tanto pela apreciação cambial quanto pelos resgates líquidos ocorridos no período.

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Haveres do Tesouro Nacional

### **d) Outras Informações**

**Tabela A8** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Setembro 2008/2007

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>49.294,9</b>	<b>54.692,0</b>	<b>52.552,1</b>	<b>67.121,6</b>	<b>64.569,0</b>	<b>50.116,0</b>	<b>55.681,6</b>	<b>63.541,3</b>	<b>54.830,0</b>	<b>56.207,5</b>	<b>62.844,3</b>	<b>58.451,1</b>	<b>60.006,9</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>37.834,8</b>	<b>42.886,6</b>	<b>40.627,7</b>	<b>47.081,3</b>	<b>53.226,3</b>	<b>38.065,6</b>	<b>43.408,4</b>	<b>50.766,4</b>	<b>42.038,1</b>	<b>43.132,7</b>	<b>49.488,4</b>	<b>45.128,5</b>	<b>46.373,6</b>
I.1.1. Receita Bruta	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,2
- Impostos	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6
- Contribuições	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2
- Demais <sup>1</sup>	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,2	8.546,9	7.890,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>11.392,6</b>	<b>11.711,9</b>	<b>11.763,4</b>	<b>19.828,3</b>	<b>11.206,9</b>	<b>11.927,5</b>	<b>12.134,0</b>	<b>12.641,6</b>	<b>12.650,0</b>	<b>12.942,8</b>	<b>13.230,2</b>	<b>13.193,2</b>	<b>13.430,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>67,5</b>	<b>93,5</b>	<b>161,0</b>	<b>212,0</b>	<b>135,8</b>	<b>122,9</b>	<b>139,2</b>	<b>133,3</b>	<b>141,9</b>	<b>132,0</b>	<b>125,7</b>	<b>129,4</b>	<b>203,3</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.896,9</b>	<b>8.123,3</b>	<b>9.551,4</b>	<b>11.465,8</b>	<b>10.217,4</b>	<b>11.350,3</b>	<b>9.891,9</b>	<b>10.442,0</b>	<b>11.894,4</b>	<b>9.442,9</b>	<b>9.265,8</b>	<b>12.080,6</b>	<b>9.530,0</b>
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	470,8	0,0	0,0	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0
II.4. Demais	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>41.398,0</b>	<b>46.568,7</b>	<b>43.000,7</b>	<b>55.655,8</b>	<b>54.351,6</b>	<b>38.765,7</b>	<b>45.789,7</b>	<b>53.099,3</b>	<b>42.935,7</b>	<b>46.764,6</b>	<b>53.578,5</b>	<b>46.370,5</b>	<b>50.476,9</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>41.359,3</b>	<b>36.690,7</b>	<b>38.496,6</b>	<b>63.708,2</b>	<b>38.991,1</b>	<b>33.550,4</b>	<b>35.184,5</b>	<b>36.380,6</b>	<b>37.387,5</b>	<b>38.847,0</b>	<b>46.380,9</b>	<b>40.112,9</b>	<b>44.469,3</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>8.962,2</b>	<b>9.015,0</b>	<b>10.024,7</b>	<b>13.240,5</b>	<b>12.570,9</b>	<b>9.506,4</b>	<b>9.031,8</b>	<b>9.074,9</b>	<b>9.387,7</b>	<b>10.029,8</b>	<b>13.016,3</b>	<b>9.524,0</b>	<b>9.949,1</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>20.550,4</b>	<b>14.406,3</b>	<b>14.324,1</b>	<b>23.714,2</b>	<b>16.295,8</b>	<b>13.954,8</b>	<b>14.769,9</b>	<b>15.428,8</b>	<b>15.403,5</b>	<b>15.806,1</b>	<b>15.407,5</b>	<b>17.253,5</b>	<b>20.846,5</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>11.678,2</b>	<b>13.071,8</b>	<b>13.899,0</b>	<b>26.396,6</b>	<b>9.902,3</b>	<b>9.903,5</b>	<b>11.129,8</b>	<b>11.630,6</b>	<b>12.372,0</b>	<b>12.786,4</b>	<b>17.710,1</b>	<b>13.098,4</b>	<b>13.255,8</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4
- Abono e Seguro Desemprego	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8
- Demais Despesas do FAT	71,0	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	557,5	328,8	524,4	1.303,1	-1.294,4	535,5
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	116,6	116,6	260,6	1.129,7	-1.637,6	243,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	183,3	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	292,2
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>4</sup>	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>11,1</b>	<b>38,6</b>	<b>64,6</b>	<b>130,2</b>	<b>23,5</b>	<b>68,2</b>	<b>81,9</b>	<b>74,0</b>	<b>63,3</b>	<b>72,3</b>	<b>68,1</b>	<b>68,2</b>	<b>74,6</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>157,4</b>	<b>159,1</b>	<b>184,2</b>	<b>226,7</b>	<b>198,6</b>	<b>117,5</b>	<b>171,1</b>	<b>172,3</b>	<b>161,0</b>	<b>152,4</b>	<b>178,9</b>	<b>168,8</b>	<b>343,2</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>38,7</b>	<b>9.878,0</b>	<b>4.504,1</b>	<b>-8.052,4</b>	<b>15.360,4</b>	<b>5.215,3</b>	<b>10.605,3</b>	<b>16.718,7</b>	<b>5.548,1</b>	<b>7.917,6</b>	<b>7.197,6</b>	<b>6.257,5</b>	<b>6.007,6</b>
V.1. Tesouro Nacional	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.512,1	7.237,2	13.273,0	19.544,9	8.320,7	10.801,3	9.428,1	10.357,2	13.564,0
V.2. Previdência Social (RGPS) <sup>5</sup>	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5
V.3. Banco Central <sup>6</sup>	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>7</sup></b>	<b>101,0</b>	<b>23,8</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>148,4</b>	<b>143,2</b>	<b>146,3</b>	<b>141,1</b>	<b>138,5</b>	<b>134,4</b>	<b>131,3</b>	<b>70,5</b>	<b>100,5</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>672,1</b>	<b>115,9</b>	<b>279,5</b>	<b>-635,7</b>	<b>1.196,5</b>	<b>-1.270,3</b>	<b>287,8</b>	<b>0,8</b>	<b>-770,2</b>	<b>-984,9</b>	<b>445,2</b>	<b>924,9</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>811,8</b>	<b>10.017,7</b>	<b>4.783,6</b>	<b>-8.688,1</b>	<b>16.705,3</b>	<b>4.088,2</b>	<b>11.039,3</b>	<b>16.860,6</b>	<b>4.916,4</b>	<b>7.067,1</b>	<b>7.774,1</b>	<b>7.253,0</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS<sup>8</sup></b>	<b>-9.622,4</b>	<b>-10.899,3</b>	<b>-7.240,3</b>	<b>-7.169,0</b>	<b>-6.469,2</b>	<b>-10.407,0</b>	<b>-7.795,2</b>	<b>-10.473,1</b>	<b>-10.396,8</b>	<b>-8.214,8</b>	<b>-9.882,8</b>	<b>-5.727,4</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>-8.810,7</b>	<b>-881,6</b>	<b>-2.456,7</b>	<b>-15.857,1</b>	<b>10.236,2</b>	<b>-6.318,8</b>	<b>3.244,1</b>	<b>6.387,5</b>	<b>-5.480,3</b>	<b>-1.147,7</b>	<b>-2.108,7</b>	<b>1.525,6</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3
RMV <sup>4</sup>	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>6</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>7</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>52.979,0</b>	<b>53.302,0</b>	<b>58.932,5</b>	<b>80.050,6</b>	<b>46.651,1</b>	<b>59.324,0</b>	<b>54.872,4</b>	<b>58.862,3</b>	<b>60.782,1</b>	<b>57.723,1</b>	<b>59.325,6</b>	<b>65.917,3</b>	<b>59.770,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3
I.5 - Receita do Salário Educação	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>59.494,5</b>	<b>48.887,3</b>	<b>60.631,1</b>	<b>59.019,1</b>	<b>67.755,6</b>	<b>47.453,0</b>	<b>51.392,8</b>	<b>53.215,0</b>	<b>56.295,1</b>	<b>60.648,5</b>	<b>64.349,4</b>	<b>49.062,2</b>	<b>54.802,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>9.820,6</b>	<b>9.804,5</b>	<b>11.408,9</b>	<b>11.978,1</b>	<b>13.810,2</b>	<b>13.733,2</b>	<b>10.994,6</b>	<b>12.436,4</b>	<b>13.907,4</b>	<b>11.332,5</b>	<b>11.274,5</b>	<b>14.217,2</b>	<b>11.648,5</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.192,9	1.976,2	2.097,2	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>49.673,9</b>	<b>39.082,8</b>	<b>49.222,3</b>	<b>47.041,0</b>	<b>53.945,4</b>	<b>33.719,8</b>	<b>40.398,2</b>	<b>40.778,7</b>	<b>42.387,7</b>	<b>49.316,1</b>	<b>53.074,9</b>	<b>34.845,0</b>	<b>43.154,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3	10.844,9	13.572,2	10.927,5	10.537,4	11.034,5
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0
i) Dívida Contratual Interna	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5
ii) Dívida Contratual Externa	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,1	7.869,9	8.693,2	8.249,7	9.683,5	9.333,4	7.796,6	8.595,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)</b>	<b>-6.515,5</b>	<b>4.414,7</b>	<b>-1.698,7</b>	<b>21.031,5</b>	<b>-21.104,5</b>	<b>11.871,0</b>	<b>3.479,6</b>	<b>5.647,3</b>	<b>4.487,0</b>	<b>-2.925,4</b>	<b>-5.023,9</b>	<b>16.855,2</b>	<b>4.967,5</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>34.026,6</b>	<b>66.595,0</b>	<b>21.385,5</b>	<b>16.462,8</b>	<b>24.067,3</b>	<b>34.613,8</b>	<b>21.769,9</b>	<b>23.645,7</b>	<b>18.621,8</b>	<b>38.064,0</b>	<b>21.375,8</b>	<b>19.965,2</b>	<b>8.888,4</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5
<b>V. DESPESAS</b>	<b>23.829,6</b>	<b>41.292,2</b>	<b>7.071,0</b>	<b>19.498,1</b>	<b>44.541,4</b>	<b>1.345,8</b>	<b>22.404,9</b>	<b>59.805,9</b>	<b>2.041,4</b>	<b>20.603,6</b>	<b>65.622,6</b>	<b>3.966,6</b>	<b>18.324,7</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.190,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.038,1
V.1.2 - Dívida Contratual	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5
V.2 - Amortização da Dívida Externa	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>10.031,1</b>	<b>25.407,2</b>	<b>15.019,2</b>	<b>-3.711,1</b>	<b>-19.647,4</b>	<b>32.715,7</b>	<b>8,0</b>	<b>-37.577,3</b>	<b>16.121,8</b>	<b>16.796,2</b>	<b>-43.751,3</b>	<b>16.134,2</b>	<b>-10.260,2</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>	<b>683,1</b>	<b>4.854,6</b>	<b>-6.196,2</b>	<b>3.909,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>6.120,3</b>	<b>29.994,5</b>	<b>13.299,0</b>	<b>22.850,8</b>	<b>-47.774,8</b>	<b>49.048,2</b>	<b>9.077,3</b>	<b>-32.493,2</b>	<b>24.820,8</b>	<b>40.779,6</b>	<b>-75.969,3</b>	<b>35.676,7</b>	<b>1.127,5</b>



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \*

R\$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>2.438,7</b>	<b>15.476,9</b>	<b>2.483,1</b>	<b>10.154,6</b>	<b>31.528,5</b>	<b>4.709,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>14.519,7</b>	<b>5.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>2.301,3</b>	<b>4.022,9</b>	<b>5.596,3</b>
I.1. Emissão de Títulos	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>0,0</b>	<b>15.200,0</b>	<b>1.800,0</b>	<b>5.300,0</b>	<b>37.724,6</b>	<b>800,0</b>	<b>0,0</b>	<b>16.500,0</b>	<b>2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>29.000,0</b>	<b>1.200,0</b>	<b>0,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0
II.2. Encargos da DPMF	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>2.438,7</b>	<b>276,9</b>	<b>683,1</b>	<b>4.854,6</b>	<b>-6.196,2</b>	<b>3.909,1</b>	<b>6.232,6</b>	<b>-1.980,3</b>	<b>3.753,4</b>	<b>26.244,5</b>	<b>-26.698,7</b>	<b>2.822,9</b>	<b>5.596,3</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	<b>82,2</b>	<b>67,5</b>	<b>58,9</b>	<b>49,4</b>	<b>47,0</b>	<b>44,6</b>	<b>38,5</b>	<b>39,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,0</b>	<b>46,0</b>	<b>1,0</b>	<b>29,9</b>
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>1,5</b>	<b>19,5</b>	<b>0,4</b>	<b>0,9</b>	<b>2,7</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>2,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,0</b>
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	<b>88,6</b>	<b>5,1</b>	<b>-4,1</b>	<b>-15,7</b>	<b>54,8</b>	<b>39,3</b>	<b>125,2</b>	<b>196,6</b>	<b>61,5</b>	<b>-36,9</b>	<b>59,0</b>	<b>-5,8</b>	<b>-16,1</b>
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0
<b>IV. PRONAF</b>	<b>42,3</b>	<b>73,6</b>	<b>110,0</b>	<b>74,8</b>	<b>224,2</b>	<b>34,0</b>	<b>61,2</b>	<b>47,9</b>	<b>20,4</b>	<b>49,1</b>	<b>85,6</b>	<b>-2,1</b>	<b>18,8</b>
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6
<b>V. PROEX</b>	<b>22,2</b>	<b>-71,8</b>	<b>35,0</b>	<b>102,6</b>	<b>-132,9</b>	<b>-10,5</b>	<b>55,4</b>	<b>42,7</b>	<b>66,3</b>	<b>-12,9</b>	<b>51,5</b>	<b>-27,9</b>	<b>44,6</b>
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	<b>17,8</b>	<b>82,4</b>	<b>48,6</b>	<b>177,6</b>	<b>14,0</b>	<b>54,4</b>	<b>4,5</b>	<b>15,3</b>	<b>7,5</b>	<b>91,1</b>	<b>57,5</b>	<b>8,6</b>	<b>2,1</b>
<b>VII. CACAU</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>135,4</b>	<b>146,6</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	<b>0,0</b>	<b>454,4</b>	<b>983,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	<b>118,9</b>	<b>208,7</b>	<b>250,4</b>	<b>595,3</b>	<b>52,6</b>	<b>25,6</b>	<b>23,7</b>	<b>22,0</b>	<b>27,2</b>	<b>80,0</b>	<b>93,8</b>	<b>58,7</b>	<b>122,2</b>
<b>XI. FUNCAFÉ</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,5</b>	<b>1,9</b>	<b>4,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>	<b>1,0</b>	<b>7,5</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>1,6</b>
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	<b>-83,8</b>	<b>-49,8</b>	<b>303,6</b>	<b>743,6</b>	<b>-50,2</b>	<b>-70,0</b>	<b>-55,1</b>	<b>-49,6</b>	<b>-69,7</b>	<b>-54,2</b>	<b>586,5</b>	<b>-1.670,8</b>	<b>-9,7</b>
<b>XIII. TOTAL</b>	<b>288,3</b>	<b>770,4</b>	<b>1.787,1</b>	<b>1.731,2</b>	<b>233,3</b>	<b>117,7</b>	<b>256,0</b>	<b>318,2</b>	<b>116,6</b>	<b>260,6</b>	<b>1.129,7</b>	<b>-1.637,6</b>	<b>193,3</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>561.748,3</b>	<b>595.507,0</b>	<b>595.868,4</b>	<b>610.408,2</b>	<b>600.252,2</b>	<b>602.298,4</b>	<b>601.469,9</b>	<b>592.388,5</b>	<b>594.780,9</b>	<b>622.143,9</b>	<b>625.730,9</b>	<b>625.853,6</b>	<b>624.590,0</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.530.079,5</b>	<b>1.563.586,6</b>	<b>1.586.366,3</b>	<b>1.598.019,0</b>	<b>1.566.391,4</b>	<b>1.605.710,6</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1
DPMFi em Poder do Banco Central	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0
Demais Obrigações Internas	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>968.331,2</b>	<b>968.079,6</b>	<b>990.497,9</b>	<b>987.610,8</b>	<b>966.139,2</b>	<b>1.003.412,3</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.299,1</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.578,2</b>
Disponibilidades Internas	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	233.038,8
Haveres junto aos Governos Regionais	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9
Haveres da Administração Indireta	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.288,0
Haveres Administrados pela STN	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>114.797,9</b>	<b>107.803,5</b>	<b>109.927,2</b>	<b>108.604,2</b>	<b>107.101,5</b>	<b>102.933,6</b>	<b>105.949,9</b>	<b>99.312,1</b>	<b>97.301,5</b>	<b>95.817,2</b>	<b>93.260,1</b>	<b>96.053,5</b>	<b>110.044,8</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>115.083,4</b>	<b>108.111,8</b>	<b>110.227,6</b>	<b>108.884,1</b>	<b>107.379,9</b>	<b>103.212,6</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>
Dívida Mobiliária	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8
Dívida Contratual	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>285,5</b>	<b>308,3</b>	<b>300,5</b>	<b>279,9</b>	<b>278,4</b>	<b>278,9</b>	<b>295,5</b>	<b>297,5</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>676.546,2</b>	<b>703.310,5</b>	<b>705.795,5</b>	<b>719.012,4</b>	<b>707.353,7</b>	<b>705.232,0</b>	<b>707.419,8</b>	<b>691.700,6</b>	<b>692.082,5</b>	<b>717.961,0</b>	<b>718.991,0</b>	<b>721.907,1</b>	<b>734.634,8</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>26,1%</b>	<b>26,8%</b>	<b>26,5%</b>	<b>26,7%</b>	<b>26,0%</b>	<b>25,7%</b>	<b>25,6%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,1%</b>	<b>24,7%</b>	<b>24,6%</b>	<b>24,7%</b>	<b>25,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.530.079,5</b>	<b>1.563.586,6</b>	<b>1.586.366,3</b>	<b>1.598.019,0</b>	<b>1.566.391,4</b>	<b>1.605.710,6</b>	<b>1.619.379,0</b>	<b>1.586.687,6</b>	<b>1.612.341,6</b>	<b>1.675.479,3</b>	<b>1.607.106,6</b>	<b>1.630.174,4</b>	<b>1.635.168,2</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.200.832,6</b>	<b>1.199.030,5</b>	<b>1.219.726,4</b>	<b>1.224.870,6</b>	<b>1.203.961,7</b>	<b>1.242.164,0</b>	<b>1.250.026,9</b>	<b>1.218.713,8</b>	<b>1.239.608,0</b>	<b>1.247.289,8</b>	<b>1.204.404,8</b>	<b>1.223.194,9</b>	<b>1.224.735,1</b>
LFT	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8
LTN	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8
NTN-B	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7
NTN-C	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7
NTN-F	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4
Dívida Securitizada	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6
Demais Títulos em Poder do Público	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>318.420,2</b>	<b>353.363,7</b>	<b>355.345,6</b>	<b>360.632,7</b>	<b>354.250,6</b>	<b>356.221,5</b>	<b>362.998,9</b>	<b>362.253,0</b>	<b>367.344,7</b>	<b>423.664,7</b>	<b>398.581,9</b>	<b>402.357,0</b>	<b>406.314,7</b>
LFT	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1
LTN	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-11.688,6</b>	<b>-11.315,1</b>	<b>-11.231,5</b>	<b>-9.975,3</b>	<b>-14.348,5</b>	<b>-15.196,8</b>	<b>-16.107,6</b>	<b>-16.690,2</b>	<b>-16.988,4</b>	<b>-17.892,0</b>	<b>-18.373,8</b>	<b>-17.941,2</b>	<b>-18.360,0</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>22.515,2</b>	<b>22.507,6</b>	<b>22.525,8</b>	<b>22.491,1</b>	<b>22.527,6</b>	<b>22.522,0</b>	<b>22.460,8</b>	<b>22.410,9</b>	<b>22.377,3</b>	<b>22.416,8</b>	<b>22.493,7</b>	<b>22.563,6</b>	<b>22.478,4</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>115.083,4</b>	<b>108.111,8</b>	<b>110.227,6</b>	<b>108.884,1</b>	<b>107.379,9</b>	<b>103.212,6</b>	<b>106.245,4</b>	<b>99.609,6</b>	<b>97.575,7</b>	<b>96.112,1</b>	<b>93.514,9</b>	<b>96.320,8</b>	<b>110.364,4</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>89.728,9</b>	<b>84.156,7</b>	<b>85.614,8</b>	<b>84.568,0</b>	<b>83.086,7</b>	<b>79.934,4</b>	<b>81.770,8</b>	<b>76.485,0</b>	<b>75.136,7</b>	<b>74.144,6</b>	<b>71.923,9</b>	<b>74.022,9</b>	<b>84.596,8</b>
Euro	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3
Global US\$	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4
Global BRL	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0
Demais Títulos Externos	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>25.354,5</b>	<b>23.955,1</b>	<b>24.612,8</b>	<b>24.316,1</b>	<b>24.293,2</b>	<b>23.278,2</b>	<b>24.474,6</b>	<b>23.124,6</b>	<b>22.439,0</b>	<b>21.967,6</b>	<b>21.591,1</b>	<b>22.297,9</b>	<b>25.767,5</b>
Organismos Multilaterais	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6
<b>III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.645.162,9</b>	<b>1.671.698,4</b>	<b>1.696.593,9</b>	<b>1.706.903,1</b>	<b>1.673.771,3</b>	<b>1.708.923,2</b>	<b>1.725.624,3</b>	<b>1.686.297,2</b>	<b>1.709.917,2</b>	<b>1.771.591,5</b>	<b>1.700.621,5</b>	<b>1.726.495,1</b>	<b>1.745.532,5</b>
<b>DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>63,4%</b>	<b>63,6%</b>	<b>63,7%</b>	<b>63,3%</b>	<b>61,5%</b>	<b>62,3%</b>	<b>62,3%</b>	<b>59,9%</b>	<b>59,6%</b>	<b>60,9%</b>	<b>58,1%</b>	<b>59,0%</b>	<b>59,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>2</sup> PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



**TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Set/2007	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2008
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>968.331,2</b>	<b>968.079,6</b>	<b>990.497,9</b>	<b>987.610,8</b>	<b>966.139,2</b>	<b>1.003.412,3</b>	<b>1.017.909,1</b>	<b>994.299,1</b>	<b>1.017.560,6</b>	<b>1.053.335,5</b>	<b>981.375,7</b>	<b>1.004.320,8</b>	<b>1.010.578,2</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>272.199,6</b>	<b>269.843,5</b>	<b>287.109,5</b>	<b>275.867,5</b>	<b>247.911,6</b>	<b>282.699,8</b>	<b>283.662,8</b>	<b>257.216,2</b>	<b>276.783,1</b>	<b>301.565,4</b>	<b>222.228,1</b>	<b>237.701,5</b>	<b>233.038,8</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>405.170,0</b>	<b>407.385,2</b>	<b>410.182,2</b>	<b>412.322,2</b>	<b>417.171,8</b>	<b>419.402,6</b>	<b>420.799,4</b>	<b>422.598,0</b>	<b>425.835,1</b>	<b>432.146,2</b>	<b>439.178,9</b>	<b>444.230,9</b>	<b>443.603,9</b>
Bônus Renegociados	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2
Antecipação de Royalties	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>185.896,5</b>	<b>186.577,6</b>	<b>188.177,9</b>	<b>191.884,5</b>	<b>193.138,5</b>	<b>193.691,4</b>	<b>195.088,2</b>	<b>196.407,1</b>	<b>196.960,4</b>	<b>198.780,3</b>	<b>198.694,2</b>	<b>199.495,2</b>	<b>201.288,0</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7
Fundos Constitucionais Regionais	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.200,8
Fundos Diversos	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>105.065,1</b>	<b>104.273,3</b>	<b>105.028,4</b>	<b>107.536,6</b>	<b>107.917,3</b>	<b>107.618,5</b>	<b>118.358,8</b>	<b>118.077,8</b>	<b>117.982,1</b>	<b>120.843,6</b>	<b>121.274,5</b>	<b>122.893,2</b>	<b>132.647,6</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8
Haveres de Operações Estruturadas	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0
Haveres Originários de Privatizações	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1
Haveres de Legislação Específica	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0
Demais Haveres Administrados pela STN	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>285,5</b>	<b>308,3</b>	<b>300,5</b>	<b>279,9</b>	<b>278,4</b>	<b>278,9</b>	<b>295,5</b>	<b>297,5</b>	<b>274,1</b>	<b>295,0</b>	<b>254,8</b>	<b>267,2</b>	<b>319,5</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>968.616,7</b>	<b>968.388,0</b>	<b>990.798,4</b>	<b>987.890,7</b>	<b>966.417,6</b>	<b>1.003.691,2</b>	<b>1.018.204,6</b>	<b>994.596,6</b>	<b>1.017.834,8</b>	<b>1.053.630,4</b>	<b>981.630,5</b>	<b>1.004.588,1</b>	<b>1.010.897,7</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>37,3%</b>	<b>36,9%</b>	<b>37,2%</b>	<b>36,6%</b>	<b>35,5%</b>	<b>36,6%</b>	<b>36,8%</b>	<b>35,3%</b>	<b>35,5%</b>	<b>36,2%</b>	<b>33,6%</b>	<b>34,3%</b>	<b>34,4%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

**TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2008/2007 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	7.632,0	1.943,0	1.932,1	16.892,2	18.824,3	364.418,1	4.735,3	1.264,8	1.264,8	9.943,2	11.208,0
Senado Federal	127.145,6	17.089,5	7.384,3	7.381,0	16.016,8	23.397,9	59.801,6	12.819,3	6.174,6	6.146,9	17.274,9	23.421,7
Tribunal de Contas da União	53.646,7	4.979,8	2.987,3	2.987,3	3.496,6	6.484,0	61.538,6	37.579,3	3.444,4	3.444,4	21.631,9	25.076,3
Supremo Tribunal Federal	75.989,3	29.003,6	10.406,8	10.372,3	21.931,8	32.304,0	70.118,6	9.077,6	1.409,5	1.394,5	41.610,1	43.004,6
Superior Tribunal de Justiça	9.499,6	3.959,0	1.243,6	1.241,9	3.645,1	4.887,0	15.409,6	5.034,5	1.683,9	1.655,6	11.912,3	13.568,0
Justiça Federal <sup>3</sup>	248.822,6	175.731,5	136.322,7	136.092,7	126.820,1	262.912,8	240.348,4	244.076,2	192.362,8	192.278,8	138.572,6	330.851,4
Justiça Militar	7.585,3	1.000,0	683,9	616,7	2.116,7	2.733,4	8.089,7	514,4	286,8	284,6	2.251,7	2.536,3
Justiça Eleitoral	181.641,7	98.159,1	35.658,9	35.163,5	50.510,9	85.674,4	308.476,7	196.355,8	141.724,1	123.562,2	74.879,3	198.441,5
Justiça do Trabalho	216.064,3	57.929,4	20.340,6	19.889,1	99.550,0	119.439,1	173.194,0	49.479,3	19.993,7	19.065,0	128.737,9	147.802,9
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	5.938,3	2.776,8	2.325,8	23.260,6	25.586,4	32.021,3	12.789,1	4.787,8	4.494,6	41.767,0	46.261,7
Presidência da República <sup>4</sup>	854.969,0	119.342,6	63.448,7	55.301,6	56.556,6	111.858,2	1.350.237,5	290.011,2	75.959,5	74.961,2	178.439,7	253.401,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	21.798,7	1.101,5	1.091,2	134.517,2	135.608,4	51.991,4	5.663,2	566,5	508,7	14.041,6	14.550,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	545.121,0	110.283,8	43.597,7	40.129,8	193.931,0	234.060,8	825.342,7	320.320,9	20.679,5	11.595,5	298.401,3	309.996,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.446,8	381.093,0	145.470,5	128.408,6	290.164,0	418.572,6	1.163.124,8	488.413,6	208.899,4	138.423,7	218.578,2	357.001,9
Ministério da Fazenda <sup>5</sup>	132.757,1	31.723,5	22.533,1	22.134,2	200.679,2	222.813,4	482.410,6	304.893,6	282.776,2	282.456,0	118.207,1	400.663,0
Ministério da Educação	2.050.673,7	366.566,0	223.202,4	213.598,7	685.150,7	898.749,4	2.934.331,1	1.075.015,8	485.736,4	468.916,8	1.467.385,3	1.936.302,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	218.757,1	15.089,9	3.483,2	3.481,5	41.473,6	44.955,0	196.170,7	21.762,3	11.021,2	11.019,2	22.340,8	33.359,9
Ministério da Justiça	987.825,1	330.375,1	229.640,9	228.347,1	314.147,5	542.494,6	1.320.059,5	422.968,6	133.191,5	117.836,6	219.366,7	337.203,3
Ministério de Minas e Energia	49.286,1	12.267,0	4.467,9	4.318,3	16.227,8	20.546,1	64.856,2	11.690,6	4.916,4	4.826,1	15.734,3	20.560,4
Ministério da Previdência Social	45.800,0	18.989,2	4.974,9	4.105,6	78.922,4	83.028,0	148.128,2	26.327,9	8.921,9	8.633,5	48.765,0	57.398,5
Ministério Público da União	307.789,4	76.006,5	50.229,7	50.110,7	77.636,6	127.747,3	168.537,2	24.174,7	2.964,6	2.964,6	125.396,9	128.361,5
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	9.879,0	9.135,2	9.134,8	6.569,4	15.704,2	38.569,2	12.339,2	11.357,7	11.357,7	1.214,3	12.572,0
Ministério da Saúde	4.645.831,3	495.235,4	138.527,5	136.117,0	1.013.490,7	1.149.607,7	3.623.689,1	1.126.714,5	89.230,0	82.118,3	724.409,5	806.527,8
Ministério do Trabalho e Emprego	64.485,9	23.251,4	17.207,9	16.356,1	33.371,7	49.727,8	107.302,8	19.353,3	7.562,9	7.514,8	6.851,2	14.366,0
Ministério dos Transportes	9.768.041,2	5.174.149,6	1.532.650,5	1.420.735,2	1.949.935,3	3.370.670,5	9.702.709,6	4.475.347,5	968.829,6	847.425,6	3.206.938,7	4.054.364,3
Ministério das Comunicações	174.365,3	8.030,1	1.696,2	1.696,2	92.666,0	94.362,2	39.184,4	2.198,4	355,7	355,7	49.933,6	50.289,2
Ministério da Cultura	243.969,2	52.639,1	16.231,7	16.115,1	57.564,9	73.680,0	263.788,7	43.271,7	8.832,5	8.812,5	70.182,2	78.994,7
Ministério do Meio Ambiente	95.267,4	3.547,9	1.120,5	1.113,9	25.446,4	26.560,3	170.023,1	11.358,8	2.608,7	2.499,9	23.195,2	25.695,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.768.746,9	818.337,9	606.199,9	606.095,4	197.798,7	803.894,1	1.887.082,2	671.122,7	388.355,4	388.099,6	362.316,9	750.416,6
Ministério do Esporte	604.468,5	294.339,3	148.501,3	148.501,3	164.235,8	312.737,2	898.825,3	473.305,4	4.368,8	4.354,1	156.773,7	161.127,8
Ministério da Defesa	3.142.079,6	1.413.283,1	884.270,3	863.666,0	623.524,7	1.487.190,7	4.482.145,8	2.277.361,4	873.109,2	852.949,3	1.035.735,4	1.888.684,7
Ministério da Integração Nacional	3.584.244,1	757.338,3	119.548,6	118.519,7	522.575,7	641.095,4	4.953.703,9	2.351.008,7	196.327,2	192.880,6	1.041.931,6	1.234.812,2
Ministério do Turismo	1.346.698,0	314.668,2	2.251,2	1.296,2	310.720,0	312.016,2	2.002.397,6	934.247,2	31.067,8	31.067,8	579.393,2	610.461,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	233.536,5	14.627,5	3.474,0	3.474,0	42.103,5	45.577,5	182.728,7	62.827,8	25.651,5	25.651,5	47.546,4	73.197,9
Ministério das Cidades	5.975.168,5	1.732.641,3	24.612,0	23.779,3	666.012,9	689.792,2	6.947.070,2	4.157.113,6	670.783,9	667.002,8	3.127.252,1	3.794.254,8
<b>TOTAL</b>	<b>39.057.951,4</b>	<b>12.996.925,5</b>	<b>4.517.325,3</b>	<b>4.335.629,7</b>	<b>8.159.663,3</b>	<b>12.495.293,0</b>	<b>45.337.827,1</b>	<b>20.181.273,5</b>	<b>4.887.206,5</b>	<b>4.597.823,5</b>	<b>13.648.911,8</b>	<b>18.246.735,3</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

<sup>4</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

<sup>5</sup> Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 9 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**SETEMBRO / 2008**

### Comentários

Em Setembro de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 11,9%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.953.657,5 (mil), ante R\$ 6.760.538,5 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

### Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a	Agosto	Setembro	Janeiro a	Set / 2008	Set / 2008	Jan a Set/
			Setembro				Set / 2007	Jan a Set/	
FPM	2.517.762,6	2.592.860,0	24.274.280,0	3.457.093,7	3.044.484,0	29.700.365,4	-11,9%	17,4%	22,4%
FPE	2.405.861,8	2.477.621,4	23.195.421,1	3.303.444,9	2.909.173,5	28.380.347,5	-11,9%	17,4%	22,4%
IPI-Exp	213.834,6	265.135,9	1.868.569,0	277.198,7	274.027,9	2.262.548,3	-1,1%	3,4%	21,1%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JUNHO	- 15,0 %	- 11,9 %	- 15,0 %	- 11,9 %	+ 3,0 %	+ 3,4 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 4,0 %	+ 12,0 %	+ 1,0 %
IPI - EXP	+ 8,0 %	- 6,0 %	+ 15,0 %

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2008 a 20/09/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
AGO/3º DEC	367.913	8.709.902	9.077.815	SET/1º DEC	1.593.978	1.668.117	30.047	<b>3.292.142</b>
SET/1º DEC	492.949	3.133.139	3.626.088	SET/2º DEC	636.707	666.321	40.259	<b>1.343.286</b>
SET/2º DEC	2.494.444	1.369.596	3.864.041	SET/3º DEC	678.489	710.047	203.721	<b>1.592.257</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.355.307</b>	<b>13.212.637</b>	<b>16.567.943</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.909.173</b>	<b>3.044.484</b>	<b>274.028</b>	<b>6.227.685</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	16.013,6	99.522,8	34,0
ALAGOAS	AL	72.438,8	121.024,5	964,4
AMAZONAS	AM	44.881,6	81.177,6	3.822,9
AMAPÁ	AP	11.746,5	99.261,0	182,0
BAHIA	BA	277.690,2	273.351,8	19.094,0
CEARÁ	CE	159.090,2	213.443,1	2.393,1
DISTRITOFEDERAL	DF	5.053,1	20.079,1	215,3
ESPÍRITOSANTO	ES	52.522,1	43.637,6	12.236,5
GOIÁS	GO	110.553,9	82.710,7	3.619,0
MARANHÃO	MA	127.124,8	209.990,0	3.221,7
MINASGERAIS	MG	399.811,0	129.589,1	32.712,1
MATOGROSSODOSUL	MS	46.354,7	38.750,2	1.636,7
MATOGROSSO	MT	55.627,8	67.140,8	3.380,8
PARÁ	PA	109.846,3	177.808,7	13.827,4
PARAÍBA	PB	98.370,6	139.317,4	644,9
PERNAMBUCO	PE	152.059,8	200.738,8	1.815,1
PIAUI	PI	75.802,6	125.717,0	76,4
PARANÁ	PR	206.821,7	83.877,3	26.729,3
RIODEJANEIRO	RJ	90.113,7	44.443,4	39.356,9
RIOGRANDEDONORTE	RN	76.835,3	121.542,4	570,0
RONDÔNIA	RO	26.707,9	81.910,7	590,6
RORAIMA	RR	9.312,8	72.167,9	13,1
RIOGRANDEDOSUL	RS	206.806,8	68.505,2	32.947,8
SANTACATARINA	SC	118.357,9	37.231,6	18.754,5
SERGIPE	SE	45.426,7	120.884,9	268,9
SÃO PAULO	SP	402.403,8	29.091,7	54.805,6
TOCANTINS	TO	46.710,0	126.258,1	115,0
<b>TOTAL</b>		<b>3.044.484,0</b>	<b>2.909.173,5</b>	<b>274.027,9</b>

Obs.:Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa  
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026  
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br

## Boletim FUNDEB

### Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 9 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

SETEMBRO / 2008

Em Setembro de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.546.040 (mil), ante R\$ 5.371.571 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um pequeno acréscimo de 3,25% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento o acréscimo da ordem de 10,5 % do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN - [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/transferencias\\_constitucionais.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp) .

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Origem	R\$ Mil					
	Setembro	Participação	Agosto	Participação	Variação	
FPM	683.303	12,3%	775.909	14,4%	-11,9%	
FPE	652.934	11,8%	741.425	13,8%	-11,9%	
IPI-EXP	61.503	1,1%	62.214	1,2%	-1,1%	
LC 87/96	29.786	0,5%	29.786	0,6%	0,0%	
ITR	666	0,0%	407	0,0%	63,5%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	317.460	5,7%	317.460	5,9%	0,0%	
IPVA	102.018	1,8%	97.304	1,8%	4,8%	
ITCMD	17.778	0,3%	15.744	0,3%	12,9%	
ICMS	3.680.592	66,4%	3.331.322	62,0%	10,5%	
<b>TOTAL</b>	<b>5.546.040</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.371.571</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,25%</b>	

**Fonte: SIAFI**

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

### Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio do telefone: (61)3966-4232 ;
- por meio do FAX: (61)3966-4664;
- por meio do e-mail: [fundeb@fnde.gov.br](mailto:fundeb@fnde.gov.br);
- por correspondência endereçada à:

Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação

Endereço : SBS Quadra 02 Bloco F, Ed. Áurea – sala 1202  
CEP: 70.070-929 Brasília-DF

## Distribuição do FUNDEB por Estado

UF	FUNDEB UNIÃO			FUNDEB ESTADO		
	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	16.632.465	9.334.451	25.966.916	4.461.543	2.503.901	6.965.444
AL	16.058.534	38.999.854	55.058.388	7.910.725	19.212.036	27.122.761
AM	14.277.113	17.398.727	31.675.839	44.663.306	54.428.699	99.092.005
AP	18.651.176	6.425.725	25.076.901	4.891.791	1.685.325	6.577.116
BA	62.875.501	138.923.540	201.799.041	43.456.947	96.018.207	139.475.155
CE	30.813.321	95.822.495	126.635.816	19.564.196	60.840.247	80.404.442
DF	5.939.693	-	5.939.693	-	-	-
ES	9.286.900	16.317.661	25.604.561	35.540.302	62.446.516	97.986.818
GO	23.127.185	21.496.300	44.623.485	54.721.918	50.863.033	105.584.951
MA	39.745.979	116.947.435	156.693.414	10.079.546	29.657.768	39.737.313
MG	73.628.576	56.448.992	130.077.568	209.987.630	160.991.708	370.979.339
MS	9.468.396	10.457.415	19.925.811	33.713.531	37.235.072	70.948.603
MT	15.612.626	13.314.207	28.926.834	38.386.621	32.735.520	71.122.142
PA	46.973.468	97.738.584	144.712.052	22.121.383	46.028.380	68.149.763
PB	24.013.797	33.764.010	57.777.806	11.881.565	16.705.784	28.587.349
PE	39.850.181	56.854.996	96.705.177	44.775.810	63.882.482	108.658.291
PI	18.980.015	39.365.616	58.345.632	7.213.154	14.960.486	22.173.641
PR	41.018.417	33.289.638	74.308.054	107.411.934	87.173.146	194.585.079
RJ	15.350.935	25.444.430	40.795.365	118.142.990	195.823.966	313.966.956
RN	19.143.536	25.619.508	44.763.044	16.149.575	21.612.734	37.762.309
RO	13.712.578	10.878.811	24.591.389	21.873.949	17.353.683	39.227.633
RR	13.780.812	4.522.414	18.303.226	2.873.168	942.880	3.816.048
RS	40.212.964	32.051.087	72.264.051	124.082.466	98.897.903	222.980.370
SC	20.914.772	19.309.634	40.224.407	65.574.805	60.542.161	126.116.966
SE	15.720.962	21.744.884	37.465.846	8.383.013	11.595.196	19.978.210
SP	67.748.231	50.762.300	118.510.531	847.409.958	634.946.161	1.482.356.120
TO	22.794.087	16.087.200	38.881.287	9.399.296	6.633.666	16.032.963
<b>TOTAL</b>	<b>736.332.222</b>	<b>1.009.319.913</b>	<b>1.745.652.135</b>	<b>1.914.671.121</b>	<b>1.885.716.663</b>	<b>3.800.387.785</b>

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)